



GT 47. Extensão Universitária: desafios e propostas para a ação e formação em antropologia

Coordenador(es):

Luciana de Oliveira Chianca (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Luciana Gonçalves de Carvalho (UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará)

Sessão 1 - EXTENSÃO COMO ESPAÇO DE ATUAÇÃO DE DOCENTES E DISCENTES DE ANTROPOLOGIA

Debatedor/a: Regina Célia Reyes Novaes (UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

Sessão 2 - EXPERIÊNCIAS EXTENSIONISTAS E COCRIAÇÃO

Debatedor/a: Miriam Pillar Grossi (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Embora a construção reflexiva e dialógica seja reiteradamente incentivada pela pesquisa de inspiração participante, as ações de extensão restam subvalorizadas na formação de antropólogos(as), fundamentada por concepções que rejeitam formas “aplicadas” da disciplina e por critérios avaliativos da nossa cultura acadêmica, que privilegia a pesquisa e considera a extensão como “a prima pobre” da universidade. Considerando que saberes acadêmicos, científicos ou humanísticos pressupõem uma fusão de horizontes com saberes populares e locais, não podemos nos furtar este debate, recentemente potencializado por diretrizes legais exigindo a incorporação e ampliação da extensão nas matrizes curriculares dos cursos de graduação no Brasil. Fomentando tal discussão, o GT reunirá trabalhos que abordem a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão na formação acadêmica e na constituição de saberes decorrentes de experiências de extensão com professores e estudantes de antropologia. Focaremos aspectos conceituais, metodológicos, políticos, relacionais e pedagógicos da extensão universitária em diferentes contextos da nossa atuação (educação, arte, saúde, meio ambiente, patrimônio cultural, igualdade racial, direitos humanos, desenvolvimento local...), problematizando as condições objetivas e subjetivas das ações e mediações antropológicas de caráter extensionista junto a diferentes grupos sociais, reforçando uma concepção crítica do conhecimento e da form(ação) continuada das Universidades.

Diálogos Prisão-Universidade: Algumas considerações sobre Convict Criminology no Brasil a partir da experiência do projeto ?Outra Visão?

Autoria: Adeilson Luís Pinheiro Viana (UEMA - Universidade Estadual do Maranhão)

Neste work, busco relatar a experiência acerca da criação e implementação do projeto de extensão ?Outra Visão?, da UEMA ? Universidade Estadual do Maranhão, em parceria com a University of Westminster (Inglaterra) e o Núcleo de Monitoramento Carcerário do Maranhão, em uma unidade da APAC ? Associação de Proteção e Assistência ao Condenado, em São Luís do Maranhão. O projeto em questão é inspirado no Making Links, desenvolvido pelos pesquisadores e ativistas da Convict Criminology, Dr. Sasha e Dr. Andreas Aresti, na Inglaterra, que visa incluir a presença das instituições de ensino superior nas prisões, por meio da oferta de cursos, oficinas e workshops de criminologia aos presos. No caso brasileiro, especificamente em São Luís, o projeto se inicia com um Curso de Formação Social, realizado e organizado a partir de diálogos, negociações e tensões entre a UEMA, APAC, órgãos de fomento e órgãos institucionais. A Convict Criminology (Criminologia dos Condenados), movimento originado por pesquisadores nos Estados Unidos, diz respeito a uma abordagem criminológica que considera as experiências concretas de pessoas em privação de liberdade para a definição de um novo campo de estudo, políticas carcerárias e penais. Este novo campo se diferencia das teorias criminológicas consolidadas, elaboradas por teóricos e teóricas do Direito e da Sociologia, na



tentativa de combater deturpações (Jones et. al, 2009) a partir da elaboração de questões e análises de ex-presidiários, hoje professores e doutores. No Brasil, recentes estudos antropológicos acerca da prisão e do crime oferecem contribuições que se conectam com as teorias presentes na Convict Criminology, considerando que os indivíduos aprisionados tecem reflexões riquíssimas acerca das experiências que vivenciam e das suas próprias existências (Biondi, 2018). Proponho, nesse sentido, realizar esse diálogo a partir de meu percurso nas atividades de pesquisa e extensão. Considero que a crítica aos dualismos positivistas da separação pesquisa/extensão, bem como sujeito/objeto, deve ser feita para pensar a Antropologia e a Extensão Universitária. Desta forma, nos apoiamos em uma Antropologia da Práxis (Cardoso, 2006) para desenvolver uma Etnografia nos Interstícios (Furtado, et. al. 2018) como intenção metodológica. Nas atividades do Curso de Formação Social (que contou com temas importantes como raça, racismo, gênero, sexualidade, work e meio ambiente), a expressiva participação dos recuperandos chamou nossa atenção e desconstruiu pré-conceitos acerca desses sujeitos. O diálogo entre ?alunos de dentro? e ?alunes de fora? contribuiu para o desenvolvimento deste projeto, evidenciando o potencial transformativo da educação nas prisões (Darke & Aresti, 2016), por meio do diálogo entre universidade e prisão.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: